

APREN e Zero reclamam forte expansão das renováveis para 2018

8 de Janeiro, 2018

A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) e a ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável apelaram à aposta nas energias endógenas e renováveis para aumentar a autonomia energética do país. Este objetivo está em linha com os objetivos de descarbonização do Acordo de Paris, que passam por limitar o aumento da temperatura no planeta a 2,0 °C.

Em nota de imprensa, referem que “2017 foi um ano cheio de desafios para o setor eletroprodutor”. “A condição de seca extrema que se fez sentir na grande maioria do ano veio demonstrar a importância e a necessidade de um *mix* energético diversificado”, justificam, sublinhando que “as interligações com o exterior e a bombagem hidroelétrica tiveram um papel fundamental de regularização de preços e de segurança de abastecimento”.

Segundo a APREN e a Zero, a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis em Portugal Continental representou apenas 44 % do consumo de eletricidade em 2017. Ainda assim, significou importantes ganhos para a economia do setor: a redução do preço médio da eletricidade transacionada no mercado grossista representou benefícios para o consumidor de 727 milhões de euros, poupanças na importação de 770 milhões de euros combustíveis fósseis e, conseqüentemente, o aumento da autossuficiência energética, bem como o evitar da emissões de 8,5 milhões de toneladas de CO₂, 82,5 mil toneladas de CH₄ e 8,25 toneladas de N₂O, entre outros componentes gasosos.

A eólica foi a tecnologia renovável que gerou mais eletricidade – 11,9 TWh. Seguiu-se a eletricidade de origem hídrica (7,3 TWh), a bioenergia (2,8 TWh) e a solar fotovoltaica (0,8 TWh).

Em comunicado, António Sá da Costa, presidente da APREN, afirma que “os benefícios das renováveis superaram largamente, mais uma vez, os seus custos colocando-as como a solução mais custo-eficaz para o sistema elétrico nacional”. Contudo, “em 2017, os acréscimos de nova potência foram residuais, especialmente no caso da solar, que só cresceu 3%”, afirma.

“Assinalo o ano histórico da bombagem hidroelétrica resultante da plena exploração dos novos aproveitamentos de V. Nova III e de Foz Tua”, destaca António Sá da Costa, acrescentando que “permitiu nivelar preços de mercado e evitar situações de eventual rutura de abastecimento.

Por sua vez, Francisco Ferreira, presidente da ZERO, considera que “Portugal tem de investir muito mais na eficiência energética e nas energias renováveis para ser neutro em carbono em 2050 e esse investimento tem de ser fortemente acelerado”. Para tal, explica que “o aproveitamento da energia solar é crucial e é preciso informar, simplificar e ultrapassar os obstáculos que impedem termos muito mais edifícios com telhados preenchidos com painéis fotovoltaicos ou no caso de grandes parques solares dando preferência a áreas

sem outra utilização significativa”.

“É fundamental assegurar que os investimentos sejam feitos de forma sustentável do ponto de vista ambiental, não explorando a biomassa com qualidade para outras utilizações industriais mais relevantes no contexto da economia circular ou destruindo floresta importante na retenção do carbono”, conclui Francisco Ferreira.

Ambas as associações saúdam o novo Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, que prevê, entre outras iniciativas, o desenvolvimento de novas centrais a biomassa, distribuídas pelos concelhos de maior potencial. Esperam ainda que, na sequência do anúncio da adesão de Portugal à “Powering Past Coal Alliance”, aliança criada na COP23, em que os seus subscritores se comprometem a encerrar as suas centrais térmicas a carvão até 2030, o ano de 2018 “seja marcado por ações e medidas concretas com uma maior ambição climática, em linha com o objetivo traçado, que potenciem a transição para uma economia livre de carbono”.

Emissões recorde em 2017

De acordo com a APREN e a Zero, as emissões associadas à produção de eletricidade não renovável no ano de 2017, foram de aproximadamente 19,4 milhões de toneladas de dióxido de carbono, um aumento de cerca de quatro milhões de toneladas em relação ao mesmo período do ano passado (+25%).

Com os efeitos da seca na produção de eletricidade e com grandes áreas ardidas, o ano de 2017 é o ano com maiores emissões de gases com efeito de estufa em Portugal desde o início da década. Em 2017 por cada kWh consumido foi emitido 360 gramas de CO₂. Ou seja, o acréscimo de emissões entre 2016 e 2017 foi da ordem dos 20%, resultante dos incêndios (+7,1 milhões de toneladas) e do aumento da produção de eletricidade de origem fóssil.